

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.813.432 - RS (2019/0132094-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**RECORRENTE** : BANCO ITAUCARD S.A.  
**ADVOGADOS** : HUMBERTO JARDIM MACHADO - RS009657  
LUIZ FERNANDO SCHERER PUCHULU - RS016972  
**RECORRIDO** : JONES LEMOS ALVES  
**AGRAVANTE** : JONES LEMOS ALVES  
**ADVOGADOS** : TIAGO SANGIOGO - RS072814  
PAULA ESCOBAR RILLO - RS078766  
**AGRAVADO** : BANCO ITAUCARD S.A.  
**ADVOGADOS** : HUMBERTO JARDIM MACHADO - RS009657  
LUIZ FERNANDO SCHERER PUCHULU - RS016972

## DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo BANCO ITAUCARD S.A. com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:

**"APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATOS DE CARTÃO DE CRÉDITO. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO.**

*Interesse Recursal.*

*O interesse recursal está diretamente ligado à sucumbência material.*

*Juros Remuneratórios.*

*Possível a revisão contratual na hipótese de os juros remuneratórios exorbitarem significativamente a taxa média de mercado. Caso em que a taxa de juros praticada ultrapassa a média aferida pelo Banco Central, mas não suficientemente para impor a revisão do contrato no ponto.*

*Capitalização de Juros. A jurisprudência nacional reconhece a possibilidade de capitalização de juros, desde que expressamente pactuada. Necessária a contratação expressa. Recurso Especial nº. 1.388.972/SC.*

*Da Inconstitucionalidade da MP 2170-36/2001 A questão já foi objeto de análise pelo Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do Recurso Extraordinário nº 592.377/RS.*

*Afastamento da Mora e Inscrição nos Cadastros de Devedores.*

*Afastada a mora contratual não cabe a inscrição em cadastro de inadimplentes, ou outros atos tendentes à cobrança do débito.*

*Compensação. Repetição.*

*Devem ser devolvidos ou compensados, de forma simples, os valores eventualmente pagos a maior pelo consumidor.*

*Honorários Advocatícios.*

*Redimensionados.*

**RECURSO PROVIDO EM PARTE" (e-STJ fl. 229).**

Em suas razões recursais, o recorrente aponta violação dos arts. 5º da Medida-Provisória nº 2170/2001, 1º, 2º, 3º, 4º, 5º do Decreto nº 22.626/33, 1º, 4º, IX, da Lei nº 4.595/1994. Alega que não há óbice à capitalização diária dos juros remuneratórios.

Apresentadas as contrarrazões e admitido o recurso na origem, subiram os autos a esta Corte.

# Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

## DECIDO.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A insurgência merece prosperar.

Quanto à capitalização de juros, no julgamento do REsp nº 973.827/RS, submetido à sistemática dos recursos repetitivos, ficou decidido que, nos contratos firmados após 31/3/2000, data da publicação da Medida Provisória nº 1.963-17, reeditada até a Medida Provisória nº 2.170-36/2001, admite-se a cobrança desse encargo em **periodicidade inferior a um ano**, desde que pactuada de forma clara e expressa, assim considerada quando prevista a taxa de juros anual em percentual pelo menos doze vezes maior do que a mensal, consoante se colhe da ementa do referido julgado:

*"CIVIL E PROCESSUAL. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. AÇÕES REVISIONAL E DE BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM DEPÓSITO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. JUROS COMPOSTOS. DECRETO 22.626/1933 MEDIDA PROVISÓRIA 2.170-36/2001. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. MORA. CARACTERIZAÇÃO.*

*1. A capitalização de juros vedada pelo Decreto 22.626/1933 (Lei de Usura) em intervalo inferior a um ano e permitida pela Medida Provisória 2.170-36/2001, desde que expressamente pactuada, tem por pressuposto a circunstância de os juros devidos e já vencidos serem, periodicamente, incorporados ao valor principal. Os juros não pagos são incorporados ao capital e sobre eles passam a incidir novos juros.*

*2. Por outro lado, há os conceitos abstratos, de matemática financeira, de 'taxa de juros simples' e 'taxa de juros compostos', métodos usados na formação da taxa de juros contratada, prévios ao início do cumprimento do contrato. A mera circunstância de estar pactuada taxa efetiva e taxa nominal de juros não implica capitalização de juros, mas apenas processo de formação da taxa de juros pelo método composto, o que não é proibido pelo Decreto 22.626/1933.*

*3. Teses para os efeitos do art. 543-C do CPC: - 'É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada.' - 'A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada'. (...)*

*6. Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, provido" (REsp 973.827/RS, Rel. p/ acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 8/8/2012, DJe 24/9/2012).*

A respeito do tema, o acórdão recorrido expressamente consignou que:

*"No caso, em relação ao cartão de crédito nº 5489.xxxx.xxxx.2559, o contrato juntado aos autos prevê expressamente a*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*indicação da capitalização diária de juros remuneratórios (cláusula 9 - fl.49).*

*Embora explícita a incidência dos juros capitalizados, nos termos dos precedentes da Câmara deve ser afastada a sua incidência diária, pelo excesso de onerosidade em desfavor do consumidor" (e-STJ fl. 244).*

Ao afastar a capitalização expressamente pactuada, o tribunal de origem decidiu contrariamente à jurisprudência consolidada nesta Corte, razão pela qual deve ser reformado o acórdão recorrido nesse ponto, merecendo provimento o recurso especial no que se refere à possibilidade de capitalização diária de juros.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para permitir a capitalização diária dos juros remuneratórios, conforme pactuada.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 1º de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator